GRUPO GESTOR REGIONAL ÚNICO Ata de Reunião Nº 8/2019	
Data	**Modalidade**
02/10/2019	PRESENCIAL

Participantes

Dr. Emerson José Alves Lage; Telma Lúcia Bretz Pereira; Mozart Secundino de Oliveira Júnior; Ana Helena Duarte Timponi; Nadja Maria Prates Públio; Tarcísio José Oliveira de Araújo Brandão; Mário Lúcio Assis Lima; Rodrigo Montenegro Possa; Juliana Aparecida Ribeiro; Victor Aubin Verzani Souza; Flávia Beatriz Esteves Carvalho.

Registros

1. Versão 2.0 dos Manuais de Orientações do Sistema e-Gestão de 1º e 2º Graus e Versão 2.5.0 do Extrator de Dados do PJe - Atualização e Impactos

A Secretária de PJe, e-Gestão e Tabelas Unificadas, Ana Helena Timponi, iniciou a reunião noticiando o recebimento do Ofício Circular - SECG/CGJT Nº 26/2019, que versa sobre a disponibilização, no último dia 04 de setembro, das versões 2.0 dos Manuais de Orientações do Sistema e-Gestão de 1º e 2º Graus e 2.5.0 do Extrator de Dados do PJe e sobre o dever de encaminhamento dos dados relativos ao mês de agosto, utilizando-se as referidas versões. O mesmo Ofício estabelece que o encaminhamento dos dados referentes aos processos físicos, em conformidade com as mencionadas versões, somente será obrigatório a partir da remessa relativa ao mês de janeiro de 2020.

Rodrigo Montenegro, servidor da Secretaria de Sistemas, explicou que a versão atual do Extrator é a 2.4 e expôs os prós e contras da sua atualização. Uma desvantagem por ele destacada seria o envio da remessa dos processos físicos em uma versão e dos eletrônicos em outra.

Ana Helena noticiou que, em contato com o Diêgo Lopes, servidor do TST, foi informada de que não é necessário, por hora, enviar os relatórios pelo novo Extrator, que poderia aguardar a adequação dos processos físicos, o que, segundo a equipe de TI deste Regional, seria possível até o início de novembro próximo.

Ana Helena lembrou, ainda, os impactos da atualização do Extrator e a possibilidade do TST também não estar preparado para receber os relatórios gerados, já que o servidor Diêgo informou que eles ainda estão trabalhando para que o Justiça em Números e o IGEST consigam receber os dados gerados nas duas versões do Extrator.

Segundo Juliana Ribeiro, servidora da Secretaria de Gestão Estratégica, o prazo para retificação dos dados do Justiça em Números do primeiro semestre deste ano encerra-se em 15 de outubro e em abril do próximo ano seria possível retificar os dados de 2019, de forma que não seria tão preocupante. A sua maior preocupação é com o IGEST, que é calculado pelo TST e, a partir do momento em que é gerado o relatório, não pode mais ser recalculado. Ela informou também que a Patrícia Reis, chefe da Seção de Planejamento e Estatística, contatou o Joaquim, servidor responsável pelas Metas Nacionais no CSJT, mas até o momento não obteve resposta sobre os impactos da atualização do novo manual na apuração das metas.

Nadja Públio, servidora da Secretaria de PJe, e-Gestão e Tabelas Unificadas, manifestou-se desfavoravelmente ao envio de cada relatório em uma versão do Extrator, o que justificou pela possível dificuldade enfrentada pela informática no momento de fazer a soma das informações, já que tem item que existe na versão antiga do Extrator

que não existe na nova. Mas enfatizou a necessidade de assumir o compromisso de atualizar o Extrator o mais brevemente possível.

A esse respeito, Rodrigo lembrou que a equipe de Tratamento da Informação está bastante desfalcada, o que justificou pela redução no quadro de servidores em razão de licença paternidade, além do deslocamento da equipe, no mês de julho, para a elaboração do painel do CCLE, da apresentação a cada mês de uma demanda nova ao setor e também pela Semana da Execução. Ressaltou que a parte de implementação dos itens físicos está bastante comprometida. Então, solicitou que seja diminuído o envio de demandas para a TI, sobretudo no mês de outubro, para que a equipe possa priorizar o e-Gestão.

Nadja explicou também que já é sabido que ocorrerão problemas no momento da consolidação dos dados, mas que as regras de validação serão retiradas, de forma que as remessas não serão rejeitadas. E afirmou também que, embora o Ofício 26 não tenha sido claro em relação aos processos físicos, acredita que, em 2020, será exigido o reprocessamento das remessas de todo o ano de 2019.

Rodrigo esclareceu que a atividade de reprocessamento das remessas dos processos físicos (1º grau) é complexa; não é somente executar o programa que vai fazer o processamento com as novas regras, mas copiar a remessa e ir ajustando o período para adequá-lo ao novo manual.

Juliana lembrou, por fim, que o prazo para retificação do Justiça em Números ocorre entre março e abril e que o prazo de fechamento das metas é fevereiro. O ideal é que o reprocessamento aconteça antes dessas datas. Ana Helena pediu que ela encaminhe à Secretaria de PJe, e-Gestão e Tabelas Unificadas as datas certas para que seja feito um cronograma.

Deliberação: as remessas dos processos físicos e eletrônicos continuarão sendo enviadas na versão 2.4 do Extrator, mas serão empenhados esforços para realizar as atualizações do Extrator e dos Manuais o mais breve possível, de forma a tentar enviar as remessas referentes ao mês de outubro já nas versões atualizadas.

2. Aumento no Número de Processos Suspeitos de 2º Grau - Medidas a Serem Adotadas

A pedido da Diretoria Judiciária, Telma Pereira, foi incluída em pauta para deliberação a matéria referente aos processos suspeitos de 2º Grau, tendo em vista um aumento no número desses processos.

Telma explicou que, após a correição realizada no primeiro semestre deste ano, um dos itens que nosso Regional recebeu recomendação foi em relação aos processos suspeitos de 2º Grau. Ela informou que, em levantamento realizado à época, tínhamos 2.140 processos suspeitos e, atualmente, mais de 4.300 processos.

Maristela Rodrigues, assessora da Diretoria Judiciária, lembrou que o tema foi trazido ao Comitê em novembro do ano passado e que havia quatro situações (A, B, C e D). Segundo ela, o relatório B estava relacionado a erro no Extrator de Dados do e-Gestão e os relatórios A e C relacionavam-se a erro de lançamento ou do Extrator. Mas o maior número de processos estava no relatório D (processos informados no saldo de pendentes de julgamento, mas que não estão informados em outros itens de pendência). À época, eram 1.595 nesse relatório D e, agora, 4.255 processos.

Telma lembrou que foi feito um roteiro orientando sobre as situações mais frequentes e as providências a serem adotadas pelas unidades. Mas, ainda assim, os números de processos suspeitos do Regional têm se mantido ao longo dos meses. Ela acredita,

ainda, que é muito uniforme a quantidade desses processos por Gabinete (algo em torno de 80/100 processos).

A ideia é ver se se trata de erro, ou seja, verificar o que está acontecendo porque mesmo em Gabinetes que possuem muita afinidade com o e-Gestão, o número de processos suspeitos não está baixo. Diante da inviabilidade de se analisar todo o montante dos processos (mais de 4.000), ela sugeriu empregar um Gabinete como piloto e verificar se são os mesmos “erros” encontrados anteriormente.

Ana Helena explicou que, na época da correição, foi feita análise de um grande número de processos desses relatórios e, após, foram extraídas as situações mais recorrentes. A partir daí, foi feito um roteiro e encaminhado às unidades. Ela explicou também que, não necessariamente, são erros, mas, possivelmente, uma morosidade que a Corregedoria-Geral entende que não pode ocorrer. A título de exemplo, citou os processos que são remetidos ao MPT que, quando retornam ao Gabinete do relator, se ainda não tiver sido feita a conclusão no momento em que o relatório é gerado, eles figuram como “suspeitos”. Muitas vezes, o servidor não está fazendo por negligência. Flávia Carvalho, assessora da Presidência, acrescentou que em muitas unidades a distribuição é realizada semanalmente. Ana Helena relatou, ainda, que existem melhorias no Jira do e-Gestão, neste sentido, para que o prazo recomece a contar, automaticamente, tão logo o processo retorne ao Gabinete.

Dr. Emerson Lage, Desembargador Coordenador do Grupo Gestor Regional Único, por fim, relatou algumas situações que ocorrem rotineiramente, em Gabinetes, de processos que estão seguindo o trâmite normal, mas que poderiam impactar o relatório de processos suspeitos. Em relação aos processos sobrestados, após o julgamento de um IUJ, encerra-se o sobrestamento, mas se espera em média uma semana para fazer nova conclusão, pela própria organização interna do Gabinete. Na Semana da Conciliação, em seu Gabinete, os processos que retornaram do CEJUSC foram sendo liberados aos poucos para os assistentes. Em ambas as situações, se o relatório for gerado nesse ínterim entre o retorno dos processos ao Gabinete e o movimento de conclusão, os processos serão considerados suspeitos.

Deliberação: serão analisados os processos suspeitos de um Gabinete piloto, que tenha bastante familiaridade com o e-Gestão, para identificar se as situações permanecem as mesmas encontradas quando da primeira análise e também para identificar possíveis novas situações. A partir dessa análise, serão adotadas as medidas. Conforme ajustado na reunião, o Gabinete piloto será o do Desembargador Emerson José Alves Lage.

A próxima reunião está agendada para o dia 13/11/2019.

Ata aprovada
Desembargador Emerson José Alves Lage
Coordenador